

## Brasão da extinta Congregação dos monges negros dos Reinos de Portugal

Segundo os ditames da *Regra beneditina*, o governo do abade – aquele que no mosteiro faz as vezes de Cristo – pela sua índole de paternidade espiritual, deve ser de caráter vitalício. Contudo, por volta do século IX começaram a surgir ingerências de políticas externas tanto por parte da nobreza como também por parte da própria hierarquia eclesiástica sobre as comunidades monásticas. Tais ingerências acabaram por culminar na instituição formal de bispos, clérigos e, até mesmo leigos, em abades sob título de comenda. Em geral, a esses nada mais interessava além do rendimento econômico da abadia. Ao longo do século XIII estabeleceu-se a partilha da receita dos mosteiros, ficando o abade com dois terços e a comunidade com um terço da renda. Com o poder dos abades voltado mais para as finanças do que para a paternidade espiritual, esta acabou ficando a cargo dos priores conventuais e logo entrou em declínio. A fim de extirpar tal intromissão do poder temporal nos claustros, na transição entre os séculos XIV e XV, começaram a surgir as reformas beneditinas. Um dos principais objetivos dessas reformas era sacudir o jugo das políticas externas e eleger dentre os próprios monges um abade que governasse por tempo limitado e, por conseguinte, não mais pelo caráter vitalício. Antes que as antigas abadias encetassem suas reformas, no último quartel do século XIV, por determinação de Dom Juan I, rei de Castela, era fundado *El Monasterio de San Benito el Real de Valladolid* que posteriormente assumiria à frente da Congregação beneditina espanhola, incluindo a abadia de Nossa Senhora de Monserrate, na Catalunha. Tendo em vista a decadente situação moral e espiritual em que se encontravam os mosteiros beneditinos lusitanos, na década de 1550, autoridades civis e religiosas de Portugal recorreram à Congregação valisoletana para a restauração dos mosteiros portugueses. Aquela por sua vez, encarregou tal empreitada a Frei Plácido de Vilalobos e Frei Pedro de Chaves

que conseguiram revitalizar os mosteiros lusitanos sob a anuência de Pio V. Assim, no ano de 1566, o mesmo pontífice erigia os mosteiros reformados em Congregação dos monges negros dos Reinos de Portugal e estabelecia o mosteiro de São Martinho de Tibães por Sede do abade geral. No ano seguinte, Pio V emitia ainda duas outras bulas determinando a extinção do abaciado vitalício e ordenando eleições abaciais entre os monges da dita Congregação a cada três anos. Como naquele momento a heráldica estava em alta entre os demais cenóbios europeus, os lusitanos também se preocuparam em compor o seu brasão. Sendo de praxe incorporar nos brasões elementos heráldicos de instâncias superiores, os portugueses optaram pelo leão e o castelo, simbolizando os Reinos católicos de Espanha, Leão e Castela. Além desses elementos heráldicos, o brasão da Congregação luso-brasileira apresenta o sol figurado sobre o castelo, simbolizando São Bento e a origem da família beneditina; o báculo sustentado pelo leão, simbolizando a autoridade abacial; e a água que jorra do castelo, simbolizando os beneditinos portugueses que, na mesma centúria dos mil e quinhentos deixam sua pátria para implantar a *Regra beneditina* em terras brasílicas. Com a Independência do Brasil, veio também a independência das casas religiosas que hierarquicamente dependiam de suas mantenedoras lusitanas. Assim, na era da separação, nascia em 1827 a Congregação Beneditina do Brasil. Em seguida, no ano de 1834, o governo português extinguiu as Ordens religiosas vigentes em Portugal e, conseqüentemente, extinguiu também a Congregação beneditina lusitana. Com a extinção daquela e a elevação da Província brasileira a status de Congregação, o brasão que outrora pertencera aos beneditinos lusitanos foi adotado pelos beneditinos brasileiros em honra e memória à sua origem portuguesa.

D. Mauro Maia Fragoso, OSB  
Diretor de Patrimônio do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro

Imagem da capa: Brasão da extinta Congregação dos monges negros dos Reinos de Portugal, erigida em 1566 e extinta em 1834. Madeira policromada. Acervo: Mosteiro de São Bento de Singeverga, Santo Tirso, Portugal. Fotografia: D. Mauro Maia Fragoso, OSB.